

CRESCIMENTO DE 3% PARA 5%

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 28.12.2009

O aumento artificial dos salários e do consumo levará à substituição da poupança interna pela externa

Entre 1995 e 2004, a economia brasileira crescia a uma taxa aproximada de 3% ao ano -o que levava os economistas convencionais a afirmar que 3,5% era o "PIB potencial"- , ou seja, a taxa de crescimento máxima que o Brasil poderia experimentar sem que a inflação voltasse. De 2005 a 2008, porém, essa taxa saltou para aproximadamente 5% e, depois dos reflexos da crise global em 2009, deverá crescer algo mais do que 5% em 2010.

Dados os seus recursos humanos, tecnológicos e institucionais e dada a sua mão de obra ainda barata e a possibilidade de copiar ou comprar tecnologia a preço relativamente barato, o Brasil poderia crescer, como os outros três Brics, mais de 7% ao ano. Como, entretanto, explicar o salto de 3% para 5%?

Para compreendê-lo, é preciso considerar que o desenvolvimento econômico depende da existência de demandas interna e externa. Depende também de fatores do lado da oferta, mas o fato é que o Brasil dispõe de empresários inovadores, de administradores e técnicos competentes, de um sistema nacional de inovação, de um sistema financeiro e de instituições melhores do que a renda per capita do país deixaria prever. O ponto de estrangulamento do desenvolvimento, portanto, não está no lado da oferta, mas no da demanda. O fundamental, para que haja crescimento, é que os empresários tenham

demanda, ou seja, boas oportunidades de investimento, crédito, e invistam, assim aumentando a poupança.

Entre 2003 e 2005, foi a demanda externa que sustentou o salto do desenvolvimento brasileiro. Foi uma taxa de câmbio depreciada, que partiu de R\$ 3,95 em dezembro de 2002, e foi um grande aumento no preço das commodities exportadas pelo Brasil. A taxa de câmbio, entretanto, deixada sem administração, voltou a se apreciar gradualmente, de forma que a indústria não teve mais estímulo para investir na produção de bens para exportar.

Entretanto, a partir de 2006 a demanda interna substituiu a externa como fator de desenvolvimento, e o investimento industrial voltou a ser estimulado. Não cresceu com base em deficit público, que foi mantido sob controle, mas baseada em duas sadias medidas distributivas (os aumentos do salário mínimo e do gasto com o Bolsa Família) que contrabalançaram com efetividade a tendência estrutural dos salários a crescer menos do que a produtividade. E baseada também em uma medida financeira perigosa: o crédito consignado, ou seja, o maior endividamento das famílias, que poderá criar problemas no futuro.

Por meio dessas três políticas, a demanda interna substituiu a externa, os empresários continuaram a contar com oportunidades de investimento lucrativo, e as taxas de investimento e de poupança subiram. Podemos, portanto, comemorar afinal a volta do Brasil ao desenvolvimento econômico sustentado? Infelizmente, não. E não apenas porque o crédito consignado é um perigo. Também -e principalmente- porque o câmbio voltou a se apreciar e o Brasil voltou ao deficit em conta corrente. Assim, "crescerá com poupança externa", dizem os economistas convencionais. Ledo engano.

Quando a nação gasta mais do que arrecada e há deficit em conta corrente, temos o populismo cambial santificado pela ortodoxia. Em vez de mais investimento, o que voltará a ocorrer é o aumento artificial dos salários e do consumo e, assim, a

substituição da poupança interna pela externa. E, de novo, a perspectiva de instabilidade e de crise financeira assombrará os brasileiros.